

# SUMÁRIO

## CAPÍTULO I

|                                                           |           |
|-----------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO À RESPONSABILIDADE CIVIL .....</b>          | <b>23</b> |
| 1. A RESPONSABILIDADE CIVIL NA SOCIEDADE DE RISCO .....   | 23        |
| 1.1 Os riscos e o medo .....                              | 23        |
| 1.2 A resposta pelo olhar da responsabilidade civil ..... | 29        |

## CAPÍTULO II

|                                                                                                |           |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>CONCEITO DA RESPONSABILIDADE CIVIL. DO FILOSÓFICO AO TECNOLÓGICO .....</b>                  | <b>33</b> |
| 1. O CONCEITO DA RESPONSABILIDADE CIVIL .....                                                  | 33        |
| 2. 4 CONCEITOS DE RESPONSABILIDADE CIVIL PARA A 4. REVOLUÇÃO INDUSTRIAL .....                  | 36        |
| 2.1 Introdução .....                                                                           | 36        |
| 2.2 <i>Liability</i> : a renovação pela multifuncionalidade da responsabilidade civil .....    | 42        |
| 2.3 <i>Responsibility</i> : o sentido moral da responsabilidade .....                          | 45        |
| 2.4 <i>Accountability</i> : vetor da atuação dos agentes de tratamento de dados pessoais ..... | 48        |
| 2.5 <i>Answerability</i> (ou <i>explainability</i> ) .....                                     | 51        |
| 2.6 Conclusão .....                                                                            | 55        |

## CAPÍTULO III

|                                                                           |           |
|---------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>PRINCÍPIOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL .....</b>                         | <b>57</b> |
| 1. UMA BREVE MENÇÃO AOS PRINCÍPIOS .....                                  | 57        |
| 2. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA .....                          | 58        |
| 2.1 A dupla aceção da dignidade .....                                     | 62        |
| 2.2 A dimensão ontológica da dignidade (concepção kantiana) .....         | 64        |
| 2.3 A dimensão comunicativa/relacional da dignidade (Hannah Arendt) ..... | 65        |
| 2.4 A dimensão histórico-cultural da dignidade .....                      | 66        |
| 2.5 A dignidade e as dimensões da liberdade .....                         | 67        |
| 3. PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE .....                                       | 70        |
| 4. PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO .....                                           | 74        |

|                                                               |    |
|---------------------------------------------------------------|----|
| 5. PRINCÍPIO DA REPARAÇÃO INTEGRAL.....                       | 78 |
| 5.1 O sentido tradicional da reparação integral.....          | 78 |
| 5.2 A ressignificação do princípio da reparação integral..... | 82 |

## CAPÍTULO IV

|                                                                                                     |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, FILOSÓFICOS, POLÍTICOS E PSICOLÓGICOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....</b> | <b>95</b> |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|

|                                                             |     |
|-------------------------------------------------------------|-----|
| 1. FUNDAMENTOS HISTÓRICOS.....                              | 95  |
| 2. FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL .....  | 102 |
| 3. FUNDAMENTOS POLÍTICOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL .....    | 108 |
| 4. FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL ..... | 113 |

## CAPÍTULO V

|                                                   |            |
|---------------------------------------------------|------------|
| <b>AS FUNÇÕES DA RESPONSABILIDADE CIVIL .....</b> | <b>121</b> |
|---------------------------------------------------|------------|

|                                                                                                                         |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. A MULTIFUNCIONALIDADE DA RESPONSABILIDADE CIVIL .....                                                                | 121 |
| 2. RESPONSABILIDADE CIVIL: COMPENSAR, PUNIR E RESTITUIR.....                                                            | 122 |
| 3. A FUNÇÃO COMPENSATÓRIA .....                                                                                         | 131 |
| 3.1 A compensação de danos como epicentro da responsabilidade civil .....                                               | 131 |
| 3.2 Ressignificando a função compensatória da responsabilidade civil .....                                              | 134 |
| 3.3 Indenização e compensação.....                                                                                      | 137 |
| 4. A FUNÇÃO PUNITIVA.....                                                                                               | 138 |
| 4.1 Do monopólio compensatório à função punitiva.....                                                                   | 138 |
| 4.2 A etiologia dos <i>punitive damages</i> nos Estados Unidos e Inglaterra.....                                        | 143 |
| 4.2.1 <i>Punitive damages</i> nos EUA: as contradições teóricas.....                                                    | 144 |
| 4.2.2 A singular trajetória dos <i>punitive damages</i> na Inglaterra: o “pa-<br>tinho feio” do <i>common law</i> ..... | 150 |
| 4.3 Os dilemas da função punitiva no direito brasileiro .....                                                           | 156 |
| 5. A FUNÇÃO RESTITUTÓRIA.....                                                                                           | 162 |
| 5.1 A multicausalidade do remédio restitutório .....                                                                    | 162 |
| 5.2 A restituição por ganhos ilícitos como um gênero.....                                                               | 169 |
| 5.2.1 <i>Disgorgement</i> – a remoção dos lucros ilícitos.....                                                          | 171 |
| 5.2.2 <i>Restitutionary damages</i> – a devolução dos lucros ilícitos .....                                             | 178 |
| 5.3 Distinção estrutural e funcional entre remédios restitutórios e punitivos.                                          | 185 |
| 6. A FUNÇÃO PRECAUCIONAL.....                                                                                           | 195 |
| 6.1 Panorama geral.....                                                                                                 | 195 |
| 6.2 As duas dimensões da função preventiva da responsabilidade civil .....                                              | 202 |
| 6.2.1 A função preventiva autônoma.....                                                                                 | 204 |
| 6.2.2 A função preventiva acessória.....                                                                                | 207 |
| 6.3 A prevenção como cerne da responsabilidade civil contemporânea.....                                                 | 208 |

|         |                                                                                                           |     |
|---------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 6.4     | Há uma responsabilidade civil sem dano ou independente de dano?.....                                      | 210 |
| 6.5     | A indenização preventiva.....                                                                             | 215 |
| 6.5.1   | Introdução.....                                                                                           | 215 |
| 6.5.2   | 1. opção: A função preventiva da responsabilidade civil .....                                             | 216 |
| 6.5.3   | 2. opção: A função compensatória da responsabilidade civil .....                                          | 220 |
| 6.5.4   | Em busca de uma terceira via.....                                                                         | 222 |
| 6.5.4.1 | O enriquecimento injustificado .....                                                                      | 223 |
| 6.5.4.2 | Nosso posicionamento: A indenização preventiva como<br>remédio restitutivo na responsabilidade civil..... | 225 |
| 7.      | A FUNÇÃO PROMOCIONAL .....                                                                                | 227 |

## CAPÍTULO VI

|       |                                                                                                                         |            |
|-------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
|       | <b>MODALIDADES DE RESPONSABILIDADE CIVIL.....</b>                                                                       | <b>237</b> |
| 1.    | A CLÁSSICA DICOTOMIA – RESPONSABILIDADE NEGOCIAL E EXTRANE-<br>GOCIAL (OU SIMPLEMENTE “CIVIL”).....                     | 237        |
| 1.1   | O dano como elemento comum às duas responsabilidades.....                                                               | 240        |
| 1.2   | As distinções entre a responsabilidade civil e a responsabilidade nego-<br>cial .....                                   | 242        |
| 1.3   | O concurso de responsabilidades.....                                                                                    | 249        |
| 1.4   | A responsabilidade pela confiança – a superação da clássica dicotomia<br>responsabilidade negocial e extranegocial..... | 255        |
| 1.4.1 | Responsabilidade civil pela violação positiva do contrato.....                                                          | 258        |
| 1.4.2 | A violação de deveres anexos.....                                                                                       | 263        |
| 1.4.3 | A responsabilidade pré-negocial – os deveres anexos desvincu-<br>lados da obrigação.....                                | 265        |
| 1.4.4 | A responsabilidade pós-negocial – os deveres anexos transcen-<br>dem a obrigação.....                                   | 276        |
| 1.4.5 | A responsabilidade civil transsubjética e os deveres anexos.....                                                        | 281        |
| 1.4.6 | O terceiro ofendido e a relação obrigacional .....                                                                      | 283        |
| 1.4.7 | O terceiro ofensor e a relação obrigacional.....                                                                        | 289        |
| 1.5   | Conclusão: A violação dos deveres anexos remete à qual responsabili-<br>dade? .....                                     | 294        |
| 2.    | RESPONSABILIDADES CIVIL E PENAL.....                                                                                    | 296        |
| 2.1   | Introdução.....                                                                                                         | 296        |
| 2.2   | Fundamentos da separação de responsabilidades.....                                                                      | 299        |
| 2.3   | A confluência entre os ilícitos penal e civil.....                                                                      | 303        |
| 2.3.1 | A culpa no direito civil e no direito penal.....                                                                        | 304        |
| 2.3.2 | O dano .....                                                                                                            | 308        |
| 2.3.3 | A tipicidade .....                                                                                                      | 309        |
| 2.4   | A interseção entre a jurisdição civil e a criminal .....                                                                | 311        |
| 2.4.1 | Relativa independência de jurisdições .....                                                                             | 311        |
| 2.4.2 | Repercussão civil da decisão penal condenatória.....                                                                    | 312        |
| 2.4.3 | Repercussão civil da decisão penal absolutória.....                                                                     | 316        |
| 2.4.4 | A Inovação Brasileira – O “Mínimo Indenizatório” .....                                                                  | 318        |

|         |                                                                                        |     |
|---------|----------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 2.4.4.1 | Antecedentes Históricos.....                                                           | 318 |
| 2.4.4.2 | Uma visão comparatista dos veículos compensatórios..                                   | 320 |
| 2.5     | Espanha – As obscurecidas fronteiras entre a responsabilidade civil e a criminal ..... | 321 |
| 2.6     | França – A Parte Civil .....                                                           | 323 |
| 2.7     | Inglaterra – A completa separação.....                                                 | 324 |
| 2.8     | Diretiva 2012/29/EU.....                                                               | 326 |
| 2.9     | O modelo compensatório: entre os juízos cível e criminal.....                          | 327 |
| 2.10    | Critérios para a fixação do mínimo reparatório .....                                   | 332 |
| 2.11    | A vítima como parte civil .....                                                        | 338 |
| 2.12    | A reparação no juízo criminal em números .....                                         | 345 |
| 2.13    | O projeto do novo CPP.....                                                             | 347 |
| 2.13.1  | Processos (civil e criminal) simultâneos: decisões conflitantes? ...                   | 349 |
| 2.14    | Excludentes de ilicitude .....                                                         | 353 |
| 2.15    | Perspectivas contemporâneas das responsabilidades civil e penal .....                  | 354 |
| 2.15.1  | A migração da pena para o Direito Civil .....                                          | 354 |
| 2.15.2  | A reparação de danos como <i>terzo binario</i> do Direito Penal.....                   | 359 |

## CAPÍTULO VII

### PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL – TEORIA SUBJETIVA .....

|       |                                                                                                         |     |
|-------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1.    | INTRODUÇÃO .....                                                                                        | 367 |
| 1.1   | Acepções e âmbito da responsabilidade civil.....                                                        | 367 |
| 1.2   | Sistemas de responsabilidade civil.....                                                                 | 370 |
| 1.2.1 | Noções gerais .....                                                                                     | 370 |
| 1.2.2 | Sistema da tipicidade dos fatos geradores de responsabilidade..                                         | 372 |
| 1.2.3 | Sistema da cláusula geral de responsabilidade .....                                                     | 377 |
| 1.2.4 | O sistema intermediário .....                                                                           | 379 |
| 1.2.5 | Onde se situa o sistema brasileiro?.....                                                                | 381 |
| 1.3   | Pressupostos da responsabilidade civil .....                                                            | 382 |
| 2.    | FATO VOLUNTÁRIO.....                                                                                    | 383 |
| 2.1   | Fato e Ação.....                                                                                        | 383 |
| 2.2   | O fato omissivo .....                                                                                   | 385 |
| 3.    | ILÍCITO .....                                                                                           | 390 |
| 3.1   | A caracterização do ilícito como fato jurídico.....                                                     | 390 |
| 3.2   | A autonomia entre o ilícito civil e a responsabilidade civil.....                                       | 392 |
| 3.2.1 | Espécies clássicas de ilícitos .....                                                                    | 394 |
| 3.2.2 | A passagem da dicotomia ilícito absoluto/relativo à dicotomia ilícito patrimonial/extrapatrimonial..... | 398 |
| 3.2.3 | Ilícito típico (estrutural) e atípico (funcional).....                                                  | 404 |
| 3.3   | O ilícito e a culpa: uma diferenciação necessária.....                                                  | 406 |
| 3.4   | Os elementos do ilícito .....                                                                           | 410 |
| 3.4.1 | A antijuridicidade como elemento objetivo do ilícito .....                                              | 411 |

|          |                                                                                |     |
|----------|--------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3.5      | A imputabilidade como elemento subjetivo do ilícito.....                       | 414 |
| 3.5.1    | A nova responsabilidade civil dos curadores .....                              | 420 |
| 3.5.2    | A responsabilidade civil dos incapazes .....                                   | 430 |
| 3.6      | O ato ilícito <i>stricto sensu</i> (cláusula geral de ilicitude culposa) ..... | 440 |
| 3.7      | Apenas do ato ilícito advém a responsabilidade civil? .....                    | 443 |
| 3.8      | Tutela preventiva e tutela repressiva do ilícito .....                         | 445 |
| 3.9      | O ilícito com eficácia restitutória (o ilícito lucrativo) .....                | 453 |
| 3.10     | Excludentes de ilicitude civil (causas de justificação).....                   | 456 |
| 3.10.1   | Estado de necessidade (art. 188, II, c/c os arts. 929 e 930, CC)...            | 460 |
| 3.10.1.1 | Estado de necessidade sem que a pessoa lesada seja culpada pelo perigo .....   | 462 |
| 3.10.1.2 | Estado de necessidade quando a pessoa lesada é culpada pelo perigo .....       | 463 |
| 3.10.2   | Legítima defesa (art. 188, I, c/c o parágrafo único do art. 930) ...           | 464 |
| 3.10.2.1 | Pressupostos da legítima defesa.....                                           | 467 |
| 3.10.2.2 | Legítima defesa que causa danos em terceiro inocente ..                        | 469 |
| 3.10.2.3 | Legítima defesa de terceiro.....                                               | 470 |
| 3.10.2.4 | Legítima defesa putativa .....                                                 | 471 |
| 3.10.3   | Exercício regular de um direito (art. 188, I) .....                            | 472 |
| 3.10.4   | Estrito cumprimento do dever legal .....                                       | 475 |
| 3.10.5   | Excludentes de ilicitude: disciplina heterogênea .....                         | 477 |
| 3.10.6   | O consentimento do ofendido e a assunção do risco .....                        | 479 |
| 3.11     | Cláusulas de Limitação e Exclusão de Responsabilidade.....                     | 484 |
| 3.11.1   | Modalidades de cláusulas de limitação de responsabilidade .....                | 487 |
| 3.11.2   | A cláusula de limitação de indenizar <i>stricto sensu</i> .....                | 491 |
| 3.11.3   | A validade das cláusulas de exclusão de responsabilidade.....                  | 494 |
| 3.11.4   | A limitação de indenizar nas relações de consumo e contratos de adesão .....   | 499 |
| 4.       | A CULPA .....                                                                  | 503 |
| 4.1      | A culpa e a responsabilidade civil.....                                        | 503 |
| 4.2      | A evolução do significado de culpa civil.....                                  | 505 |
| 4.3      | A culpa presumida e distribuição dinâmica do ônus da prova.....                | 514 |
| 4.4      | A gradação da culpa.....                                                       | 521 |
| 4.5      | A ilicitude e a culpa .....                                                    | 528 |
| 4.6      | A culpa e a mitigação da indenização por equidade .....                        | 531 |
| 4.7      | O renascimento da culpa .....                                                  | 542 |
| 5.       | O ABUSO DO DIREITO.....                                                        | 550 |
| 5.1      | Perspectivas de direito comparado .....                                        | 550 |
| 5.2      | O abuso do direito como ato ilícito.....                                       | 552 |
| 5.3      | Exige-se o dano para a aferição do abuso do direito? .....                     | 560 |
| 5.4      | O abuso do direito como cláusula geral.....                                    | 567 |
| 5.5      | O intuito de prejudicar é necessário? .....                                    | 569 |
| 5.6      | As hipóteses legais de abuso de direito .....                                  | 571 |
| 5.6.1    | Fim econômico ou social.....                                                   | 571 |
| 5.6.2    | Boa-fé .....                                                                   | 572 |
| 5.6.3    | Bons costumes .....                                                            | 574 |

|         |                                                                                           |     |
|---------|-------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.7     | A materialização do abuso do direito.....                                                 | 576 |
| 5.7.1   | O adimplemento substancial (inadimplemento mínimo).....                                   | 577 |
| 5.7.2   | A proibição de comportamento contraditório ( <i>venire contra factum proprium</i> ) ..... | 580 |
| 5.7.3   | A supressio ( <i>Verwirkung</i> ) e a surrectio ( <i>Erwirkung</i> ).....                 | 584 |
| 5.7.4   | O <i>tu quoque</i> .....                                                                  | 588 |
| 5.7.5   | O <i>duty to mitigate the loss</i> (o dever do credor de mitigar as próprias perdas)..... | 591 |
| 6.      | O DANO.....                                                                               | 600 |
| 6.1     | O dano como elemento nevralgico da função compensatória da responsabilidade civil .....   | 600 |
| 6.2     | O conceito de dano: do dano ao dano juridicamente relevante .....                         | 605 |
| 6.3     | A travessia do ato ilícito ao dano injusto.....                                           | 613 |
| 6.4     | O dano e a técnica da ponderação de interesses.....                                       | 618 |
| 6.5     | O dano patrimonial.....                                                                   | 625 |
| 6.5.1   | Dano patrimonial em oposição ao dano material.....                                        | 628 |
| 6.5.2   | As três espécies do dano patrimonial .....                                                | 630 |
| 6.5.2.1 | Os danos emergentes.....                                                                  | 631 |
| 6.5.2.2 | Os lucros cessantes.....                                                                  | 636 |
| 6.5.2.3 | O dano econômico puro (ou dano puramente patrimonial) .....                               | 643 |
| 6.5.2.4 | A perda de uma chance .....                                                               | 655 |
| 6.5.2.5 | Interesse contratual negativo e positivo.....                                             | 674 |
| 6.5.3   | <i>Compensatio lucri cum damno</i> .....                                                  | 688 |
| 6.5.4   | Dano indireto, reflexo ou “por ricochete” .....                                           | 700 |
| 6.5.4.1 | Noções gerais .....                                                                       | 700 |
| 6.5.4.2 | Dano indireto e homicídio.....                                                            | 702 |
| 6.5.4.3 | Dano indireto e lesões corporais .....                                                    | 705 |
| 6.5.4.4 | Dano indireto e causalidade.....                                                          | 707 |
| 6.5.4.5 | Dano indireto e contrato.....                                                             | 709 |
| 6.5.4.6 | Dano certo ou incerto .....                                                               | 712 |
| 6.5.4.7 | Danos presentes e futuros .....                                                           | 713 |
| 6.5.5   | A mitigação de danos – irressarcibilidade do dano evitável .....                          | 718 |
| 6.5.6   | A legitimidade para exigir o dano patrimonial.....                                        | 726 |
| 6.5.6.1 | A transmissibilidade aos herdeiros do direito de exigir reparação .....                   | 726 |
| 6.5.6.2 | Morte de homem ou mulher responsável pelo sustento do lar.....                            | 727 |
| 6.5.6.3 | Morte de filho menor: a família faz jus a danos patrimoniais? .....                       | 729 |
| 6.5.7   | Lesão que cause incapacidade para o trabalho .....                                        | 731 |
| 6.5.8   | O resgate e a restituição do lucro ilícito: critérios de quantificação.....               | 735 |
| 6.5.8.1 | Perspectivas e fundamentos jurídicos .....                                                | 735 |
| 6.5.8.2 | CrITÉRIOS de quantificação .....                                                          | 741 |
| 6.6     | O dano moral (extrapatrimonial).....                                                      | 749 |
| 6.6.1   | Introdução.....                                                                           | 749 |

|          |                                                                                     |     |
|----------|-------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 6.6.2    | O histórico do dano moral no Brasil: dos embates à aceitação ..                     | 750 |
| 6.6.3    | O dano moral na experiência europeia.....                                           | 756 |
| 6.6.4    | Em busca de um conceito – o que é o dano moral?.....                                | 760 |
| 6.6.4.1  | É legítimo o critério do dano moral como a dor e o sofrimento? .....                | 761 |
| 6.6.4.2  | O dano moral é a lesão à dignidade da pessoa humana? .....                          | 764 |
| 6.6.4.3  | Afinal, o que é o dano moral? .....                                                 | 767 |
| 6.6.5    | Dano moral – reparação ou ressarcimento? .....                                      | 775 |
| 6.6.6    | Do dano moral ao dano extrapatrimonial: Uma proposta tipológica.....                | 779 |
| 6.6.7    | O dano estético extrapatrimonial.....                                               | 783 |
| 6.6.7.1  | Noções gerais .....                                                                 | 783 |
| 6.6.7.2  | Fundamento constitucional.....                                                      | 789 |
| 6.7      | O dano à imagem extrapatrimonial.....                                               | 792 |
| 6.7.1    | A tutela da imagem.....                                                             | 792 |
| 6.7.2    | A proteção jurídica da imagem .....                                                 | 798 |
| 6.7.3    | Relativização do direito à imagem: consentimento do titular e lugares públicos..... | 799 |
| 6.7.4    | A função social da imagem .....                                                     | 803 |
| 6.7.5    | A relativização do direito à imagem das pessoas públicas (celebridades).....        | 806 |
| 6.7.5.1  | O dano existencial.....                                                             | 809 |
| 6.7.5.2  | O estado da arte do dano moral.....                                                 | 817 |
| 6.7.6    | Os limites do dano extrapatrimonial. Onde se encontram os “novos danos”?.....       | 819 |
| 6.7.6.1  | Noções gerais .....                                                                 | 819 |
| 6.7.6.2  | Os novos danos em três episódios .....                                              | 823 |
| 6.7.7    | A função preventiva do dano moral: a tutela inibitória.....                         | 850 |
| 6.7.8    | A desmonetização da reparação do dano moral .....                                   | 854 |
| 6.7.8.1  | Direito de resposta e de retificação .....                                          | 856 |
| 6.7.8.2  | Direito à retratação e publicação de sentença condenatória.....                     | 862 |
| 6.7.8.3  | O pedido de desculpas.....                                                          | 864 |
| 6.7.8.4  | A desmonetização no contexto amplo da responsabilidade civil.....                   | 868 |
| 6.7.9    | O dano moral por inadimplemento obrigacional.....                                   | 870 |
| 6.7.10   | A titularidade do direito à reparação .....                                         | 875 |
| 6.7.10.1 | Noções gerais .....                                                                 | 875 |
| 6.7.10.2 | A pessoa natural como legitimado ativo .....                                        | 876 |
| 6.7.10.3 | Os lesados diretos .....                                                            | 876 |
| 6.7.10.4 | Os lesados indiretos – dano moral reflexo.....                                      | 886 |
| 6.7.10.5 | O dano moral reflexo e o evento morte – quem são os legitimados?.....               | 889 |
| 6.7.10.6 | A pessoa jurídica como legitimado ativo.....                                        | 902 |
| 6.7.10.7 | Os entes jurídicos despersonalizados.....                                           | 913 |
| 6.7.11   | Dano moral (extrapatrimonial) coletivo .....                                        | 916 |

|          |                                                                                       |      |
|----------|---------------------------------------------------------------------------------------|------|
| 6.7.11.1 | Introdução .....                                                                      | 916  |
| 6.7.11.2 | O dano moral coletivo como pena civil.....                                            | 926  |
| 6.7.11.3 | Dano moral coletivo como <i>disgorgement</i> .....                                    | 933  |
| 6.7.12   | Dano social.....                                                                      | 940  |
| 6.8      | A pena civil e o dano moral – um diálogo em construção.....                           | 945  |
| 6.8.1    | A sanção punitiva e a compensação.....                                                | 949  |
| 6.8.2    | A urgência da pena civil.....                                                         | 951  |
| 6.8.3    | As extremas da pena civil com o dano extrapatrimonial .....                           | 954  |
| 6.8.4    | Critérios de aplicação da pena civil .....                                            | 958  |
| 6.8.5    | Óbices à incidência da pena civil.....                                                | 961  |
| 6.9      | A valoração e a quantificação do dano moral.....                                      | 970  |
| 6.9.1    | Noções gerais .....                                                                   | 970  |
| 6.9.2    | O critério bifásico .....                                                             | 972  |
| 6.9.3    | O tarifamento do dano moral e a “técnica tabelar” .....                               | 980  |
| 6.9.4    | O tempo e o dano moral .....                                                          | 986  |
| 6.10     | Repercussões materiais e processuais do dano extrapatrimonial.....                    | 988  |
| 6.10.1   | Incide imposto de renda sobre danos extrapatrimoniais? .....                          | 988  |
| 6.10.2   | Juros e atualização monetária.....                                                    | 989  |
| 6.10.3   | Cabe pedido genérico de dano extrapatrimonial? .....                                  | 994  |
| 6.10.4   | Condenação em valor inferior ao pleiteado. Verbas de sucumbência.....                 | 997  |
| 6.10.5   | Sentença ilíquida.....                                                                | 999  |
| 6.10.6   | A prescrição da pretensão indenizatória.....                                          | 1000 |
| 6.10.6.1 | Contagem dos prazos.....                                                              | 1000 |
| 6.10.6.2 | A repercussão do ilícito penal na contagem do prazo ..                                | 1004 |
| 6.10.6.3 | O termo inicial no fato do produto e do serviço .....                                 | 1009 |
| 6.10.6.4 | A expansão do viés subjetivo da teoria da <i>actio nata</i> .....                     | 1011 |
| 6.10.7   | Pretensões reparatórias não sujeitas a prazos .....                                   | 1014 |
| 6.10.7.1 | A prescrição da reparação pelo dano extrapatrimonial..                                | 1015 |
| 6.10.7.2 | A imprescritibilidade civil do crime de tortura .....                                 | 1017 |
| 6.10.7.3 | A imprescritibilidade civil na improbidade administrativa.....                        | 1020 |
| 6.10.7.4 | A imprescritibilidade e o dano ambiental .....                                        | 1023 |
| 6.10.8   | O objeto das pretensões reparatórias .....                                            | 1027 |
| 6.10.8.1 | A prescrição no âmbito negocial .....                                                 | 1027 |
| 6.10.8.2 | A prescrição e o concurso de responsabilidades .....                                  | 1031 |
| 6.10.9   | A prescrição e o diálogo de fontes.....                                               | 1036 |
| 6.10.9.1 | A demarcação entre o CC e o CDC .....                                                 | 1036 |
| 6.10.9.2 | A demarcação entre o CC e a Lei n. 9.494/97 .....                                     | 1043 |
| 7.       | O NEXO CAUSAL .....                                                                   | 1045 |
| 7.1      | Nexo causal como pressuposto da responsabilidade civil .....                          | 1045 |
| 7.2      | Uma visão comparatista do nexo causal .....                                           | 1050 |
| 7.3      | Teorias do nexo causal.....                                                           | 1055 |
| 7.3.1    | Teoria da equivalência dos antecedentes causais ( <i>conditio sine qua non</i> )..... | 1056 |
| 7.3.2    | Teoria da causalidade adequada.....                                                   | 1061 |

|         |                                                                           |      |
|---------|---------------------------------------------------------------------------|------|
| 7.3.3   | Teoria da causalidade direta e imediata e a subteoria da necessidade..... | 1065 |
| 7.3.4   | Teoria do escopo (ou fim) de proteção da norma.....                       | 1070 |
| 7.3.5   | O câmbio da causalidade pela imputação objetiva.....                      | 1073 |
| 7.3.6   | A caminho de uma causalidade jurídica .....                               | 1075 |
| 7.4     | <i>Hard Cases</i> na Causalidade.....                                     | 1078 |
| 7.4.1   | Multicausalidade (concausalidade) .....                                   | 1078 |
| 7.4.1.1 | Multicausalidade real .....                                               | 1079 |
| 7.4.1.2 | Causalidade virtual (multicausalidade aparente).....                      | 1088 |
| 7.4.2   | Dano indireto .....                                                       | 1092 |
| 7.4.3   | Perda de uma chance .....                                                 | 1097 |
| 7.5     | A ruptura (interrupção) do nexa causal .....                              | 1099 |
| 7.5.1   | Força maior – o fortuito, interno e externo .....                         | 1101 |
| 7.5.2   | O fato exclusivo da vítima .....                                          | 1112 |
| 7.5.3   | O fato concorrente e a redução de danos.....                              | 1116 |
| 7.5.4   | O fato de terceiro.....                                                   | 1121 |
| 8.      | O NEXO DE IMPUTAÇÃO.....                                                  | 1128 |

## CAPÍTULO VIII

### PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL – TEORIA OBJETIVA.....

|     |                                                                                               |      |
|-----|-----------------------------------------------------------------------------------------------|------|
|     |                                                                                               | 1137 |
| 1.  | CONTEXTO HISTÓRICO E COMPARATISTA .....                                                       | 1137 |
| 1.1 | As bases da teoria subjetiva.....                                                             | 1137 |
| 1.2 | O alvorecer da teoria objetiva .....                                                          | 1140 |
| 1.3 | As primeiras linhas da teoria objetiva.....                                                   | 1142 |
| 1.4 | A responsabilidade objetiva no direito europeu .....                                          | 1146 |
| 2.  | O SUBSTRATO LEGITIMADOR DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA .....                                    | 1152 |
| 2.1 | A multiplicação dos nexos de imputação na obrigação objetiva de indenizar .....               | 1152 |
| 2.2 | A Solidariedade como fundamento legitimador da imputação objetiva de danos .....              | 1156 |
| 2.3 | A absorção da ilicitude na responsabilidade objetiva .....                                    | 1159 |
| 2.4 | A presunção de causalidade na responsabilidade objetiva .....                                 | 1162 |
| 2.5 | O resgate da culpa na responsabilidade objetiva.....                                          | 1168 |
| 3.  | EM BUSCA DE PRECISÃO TERMINOLÓGICA .....                                                      | 1171 |
| 3.1 | A doutrina objetiva pode também ser conhecida como teoria da culpa presumida? .....           | 1171 |
| 3.2 | A responsabilidade objetiva é sinônimo de responsabilidade sem culpa, ou por ato lícito?..... | 1173 |
| 3.3 | Responsabilidade objetiva ou obrigação objetiva de indenizar? .....                           | 1175 |
| 3.4 | Responsabilidade objetiva pura e a impura .....                                               | 1178 |
| 4.  | TEORIAS DO RISCO NO DIREITO BRASILEIRO .....                                                  | 1181 |
| 4.1 | Noções gerais.....                                                                            | 1181 |

|       |                                                                      |      |
|-------|----------------------------------------------------------------------|------|
| 4.2   | Fase anterior ao Código Civil de 2002.....                           | 1185 |
| 4.3   | A teoria do risco no parágrafo único do art. 927 do CC/2002 .....    | 1190 |
| 4.3.1 | A radiografia da Cláusula Geral do risco da atividade.....           | 1190 |
| 4.3.2 | A opção legislativa: risco proveito ou risco criado?.....            | 1201 |
| 4.3.3 | O risco criado pela particular potencialidade lesiva da atividade..  | 1207 |
| 4.4   | O risco de empresa ou profissional: o art. 931 do Código Civil ..... | 1216 |
| 4.5   | O risco e os profissionais liberais.....                             | 1221 |
| 4.6   | Código de Defesa do Consumidor – Incide a teoria do risco?.....      | 1227 |
| 4.7   | Risco do desenvolvimento.....                                        | 1232 |
| 4.8   | Risco integral e risco agravado.....                                 | 1237 |
| 5.    | NOVOS DESENVOLVIMENTOS DA TEORIA DO RISCO .....                      | 1246 |
| 5.1   | Do risco ao alto risco da atividade .....                            | 1246 |
| 5.2   | Riscos desconhecidos – <i>causa ignota</i> .....                     | 1251 |
| 5.3   | Risco criado e a mitigação da obrigação de indenizar.....            | 1254 |
| 5.4   | Repartição de riscos – o risco concorrente.....                      | 1261 |

## CAPÍTULO IX

|                                                        |                                                                                  |             |
|--------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| <b>A SECURITIZAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL .....</b> |                                                                                  | <b>1269</b> |
| 1.                                                     | RESPONSABILIDADE: DO INDIVIDUAL AO SOCIAL .....                                  | 1269        |
| 2.                                                     | O CONTRATO DE SEGURO .....                                                       | 1273        |
| 2.1                                                    | Notas introdutórias e a evolução dos seguros.....                                | 1273        |
| 2.2                                                    | O seguro de dano.....                                                            | 1274        |
| 2.3                                                    | Escopo, vigência e o teto indenizatório.....                                     | 1276        |
| 2.4                                                    | O seguro de responsabilidade civil.....                                          | 1286        |
| 2.4.1                                                  | Conceito, significado e funções.....                                             | 1286        |
| 2.4.2                                                  | O seguro de responsabilidade a partir do art. 98 do Marco Legal dos Seguros..... | 1290        |
| 2.4.3                                                  | Temas atinentes ao contrato de seguro de responsabilidade .....                  | 1293        |
| 3.                                                     | O SEGURO PRIVADO OBRIGATÓRIO .....                                               | 1301        |
| 3.1                                                    | DPVAT .....                                                                      | 1302        |
| 3.2                                                    | O seguro obrigatório e as tecnologias digitais emergentes .....                  | 1304        |
| 3.3                                                    | O acidente de trabalho .....                                                     | 1307        |

|                         |             |
|-------------------------|-------------|
| <b>REFERÊNCIAS.....</b> | <b>1315</b> |
|-------------------------|-------------|